

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.589 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2002



Célio Azevedo

Pedro Simon é autor do projeto que será analisado pela CRE

## Alternativa ao serviço militar é examinada

PÁGINA 2

## Tebet: eleição mostra força da democracia

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República demonstra que a democracia está absolutamente consolidada, diz o presidente do Senado, Ramez Tebet.

PÁGINA 4



Célio Azevedo

Marina Silva quer antecipar aposentadoria de extrativistas

## Extrativista vegetal poderá se aposentar mais cedo

PÁGINA 4

## Orçamento começa a ser discutido hoje

Comissão mista examina emendas ao parecer preliminar do relator-geral da proposta orçamentária para 2003, senador Sérgio Machado



Márcio Kallume

O prazo para apresentação de emendas termina hoje, quando a Comissão Mista de Orçamento retoma o seu calendário de reuniões. Está previsto que o relator-geral inicie os entendimentos com as lideranças partidárias para as indicações e escolha dos relatores setoriais e dos integrantes dos comitês de assessoramento. Também hoje, o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, e o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, devem comparecer à comissão a fim de prestar os esclarecimentos periódicos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sérgio Machado inicia entendimentos com partidos

PÁGINA 3



José Cruz

O Plenário do Senado analisa nesta semana uma pauta de 32 itens

## Plenário retoma as sessões de votação com pauta extensa

PÁGINA 2



José Cruz

Projeto apresentado por Pedro Simon dispõe sobre a prestação de serviço alternativo

## Comissão discute alternativas ao serviço militar

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza reunião hoje com pauta de oito itens. Um deles é o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre atividades alternativas ao serviço militar obrigatório. Dois projetos de decreto legislativo (PDLs) aprovam protocolos ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Outro PDL, do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional (FMI), que trata dos Direitos Especiais de Saque (DES).

Há também dois requerimentos apresentados pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Um solicita que seja enviado ao governo israelense apelo para que se reconsidere a decisão de construir um muro para separar da Cisjordânia o norte do Estado de Israel. O relatório de Saturnino é favorável. Outro requerimento conclama o governo brasileiro a retirar-se das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O senador José Agripino (PFL-RN) ofereceu parecer contrário.

Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou requerimento em que conclama o Congresso a enviar voto de solidariedade ao governo da Argentina, tendo em vista a gravidade da crise naquele país.

# Hospital universitário poderá cobrar internação

Proposta do senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei Orgânica da Saúde, integra extensa pauta das sessões deliberativas da semana

Passado o segundo turno das eleições, o Plenário do Senado retoma as sessões deliberativas esta semana com uma extensa pauta de votações, que reúne 32 itens. Desse total, 21 proposições referem-se a atos autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária, em ondas médias (AM) e frequência modulada (FM), mas também está previsto o exame de propostas de emenda à Constituição (PEC) que tratam da demarcação de terras indígenas e de benefícios da Previdência Social. Hoje, às 14h30, os senadores se reúnem para votar, em turno suplementar, substitutivo a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera a Lei Orgânica da Saúde para permitir aos hospitais universitários captar re-

ursos com a internação de pacientes particulares ou usuários de planos de saúde.

Em seguida, deve ocorrer a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que submete ao Senado o processo de demarcação de terras indígenas.

Ainda nessa sessão, está programada a votação, em turno único, de projetos da Câmara que dispõem sobre a inclusão obrigatória da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da rede pública de ensino e sobre a denominação do trecho da BR-135, entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, no município de São Luís (MA), de Avenida Engenheiro Emiliano Macieira. Tam-

bém constam da pauta nove projetos de decreto legislativo (PDLs) sobre serviço de rádio comunitária no Rio de Janeiro, na Paraíba, em São Paulo, Goiás, Mato Grosso e na Bahia.

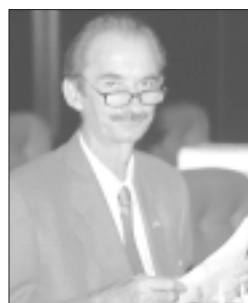
### PREVIDÊNCIA

A ordem do dia da sessão de amanhã, com início às 14h30, conta com sete itens, entre os quais a PEC do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que regula o valor mensal máximo dos benefícios pagos pela Previdência Social. O centenário de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade será celebrado na sessão deliberativa desta quinta-feira, com homenagem pleiteada em requerimentos dos senadores José Sarney (PMDB-AP), Tião Viana (PT-AC) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

## Projeto inclui cidadania em currículo escolar

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 11h30, para examinar uma pauta de 56 itens, entre os quais está o projeto terminativo que inclui a disciplina Noções de Cidadania no currículo do ensino fundamental e médio. De autoria do senador Chico Sartori (PSDB-RO), o projeto já recebeu parecer favorável, na forma de substitutivo, do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Na pauta da CE constam ainda 49 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de radiodifusão, todos com parecer favorável dos relatores.

De acordo com Maldaner, que concorda com o argumento do autor do projeto, a criação de es-



Jane de Araújo

Chico Sartori é autor da matéria que recebeu parecer favorável de Casildo Maldaner



José Cruz

paço próprio para a matéria Noções de Cidadania nos currículos escolares possibilitará aos jovens melhor compreensão dos seus deveres e direitos de cidadãos e será um instrumento indispensável para a consolidação da cidadania. "Atualmente, o fortalecimento da cidadania constitui interesse de toda a sociedade, e o ensino formal tem relevante papel a desempenhar para o alcan-

ce desse propósito", diz Maldaner na análise do projeto. Se a matéria for aprovada na CE, poderá ser remetida diretamente para a Câmara dos Deputados, caso não haja requerimento para exame no Plenário do Senado.

Os parlamentares da CE também vão analisar e votar proposta que sugere à comissão a elaboração de estudos visando a criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense (Ufoeste), que tem parecer favorável do relator, senador Álvaro Dias (PDT-PR). O autor da proposta é Casildo Maldaner.

Outro projeto em pauta, com parecer favorável do relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), dá nova redação a artigo da Lei nº 662, de 1949, que trata das datas dos feriados nacionais.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2002

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: votação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 449/99 que altera o artigo 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 38/99 que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal (aprovação pelo Senado do processo de demarcação de terras indígenas); PLC nº 17/02 que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática História e Cultura Afro-Brasileira; PLC nº 24/02 que denomina Avenida Engenheiro Emiliano Macieira o trecho da BR-135, compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizada no município de São Luís (MA); PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários; e primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/02 que altera a redação do parágrafo 2º do artigo 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de previdência social.

### COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

11h30 – Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2, do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados

16h – Reunião conjunta das comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos do Senado e das comissões de Finanças e Tributação; Economia, Indústria e Comércio; e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Plenário nº 2, do Anexo II, da Câmara dos Deputados

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

18h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2, do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados

### PREVISÃO PLENÁRIO

Quarta-feira  
14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Quinta-feira  
10h – Sessão deliberativa ordinária

Sexta-feira  
9h – Sessão não deliberativa

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



## Projeto garante crédito para geração de energia

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) vai examinar hoje, a partir das 10h30, em caráter terminativo, o substitutivo do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) a projeto de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR)



CAE vota hoje projeto de Osmar Dias em caráter terminativo

que cria uma linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinada a financiar a compra de geradores de energia elétrica por quaisquer empresas em todo o país.

Segundo o projeto, os recursos poderão ser tomados pelas empresas mediante juros de 6% ao ano e prazo de sete anos para a quitação do débito, com um de carência. A proposta original previa a mesma taxa de juros, mas um prazo maior, de dez anos, com três de carência. O relator preferiu, contudo, estabelecer um prazo menor, que ele considerou mais compatível com o tempo de vida útil do equipamento a ser adquirido pelas empresas.

O relator lembrou que os perigos da crise energética no país ainda não estão afastados, apesar

de estarem em construção novas usinas hidrelétricas e termelétricas em diversas regiões. Diante desse quadro, o financiamento da aquisição de geradores próprios para as empresas, segundo Carlos Bezerra, seria

uma medida acertada, até mesmo para favorecer a retomada do crescimento da economia, da qual depende a geração de novos empregos.

A CAE deverá analisar outro projeto de Osmar Dias, que obriga as instituições financeiras federais a destinarem no mínimo 50% dos seus recursos ativos disponíveis para o financiamento de micro e pequenas empresas, mediante juros de no máximo 12% ao ano.

Além disso, seria aplicado redutor de até 50% sobre as parcelas da amortização e encargos financeiros para os tomadores adimplentes. Os detalhes da medida serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), segundo a proposta de Osmar Dias, que recebeu parecer favorável do relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

## Concessionárias devem ter rentabilidade assegurada

Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está o projeto de lei que assegura uma rentabilidade mínima para as empresas detentoras de concessões comerciais exclusivas, cujo exemplo típico são as concessio-



Lindberg defende que contratante garanta a lucratividade

nárias de automóveis. A matéria, de autoria do senador Lindberg Cury (PFL-DF), precisa também ser votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na qual tem decisão terminativa, sendo votada no Plenário somente se houver requerimento para tal.

Na CCJ, a matéria é relatada pelo senador Paulo Hartung (PSB-ES), eleito governador do Espírito Santo já no primeiro turno das eleições. Na CAE, para onde a matéria irá caso seja aprovada na CCJ, ainda não há relator designado.

O projeto determina que a em-

presa que contratar terceiros para vender, com exclusividade, seus produtos deverá "estimar a rentabilidade a ser auferida pelo investimento que solicita e garantir a realização de, no mínimo, dois terços desta rentabilidade". De acordo com a proposta, caberá à contratante estimar a rentabilidade da concessão no ato da contratação.

A proposição de Lindberg estabelece que, a cada trimestre, seja comparada a lucratividade auferida pela concessionária com a estimada pela empresa contratante. Caso ela seja inferior, caberá à contratante complementá-la, até o limite de dois terços do valor estimado quando da contratação. Caso contrário, fica automaticamente rescindido o contrato de exclusividade.

# Termina prazo para emenda ao parecer sobre Orçamento

Relator-geral reúne-se hoje com as lideranças para discutir indicações dos relatores setoriais e dos integrantes dos comitês de assessoramento

Encerra-se hoje o prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar do relator-geral do projeto de Orçamento para 2003, senador Sérgio Machado (PMDB-CE). O parlamentar deve se reunir no final da tarde com lideranças partidárias, para tratar das indicações dos relatores setoriais e dos integrantes dos quatro comitês de assessoramento das relatorias – de avaliação da receita orçamentária, de emendas parlamentares, das informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União e do que cuida dos cancelamentos na rubrica "Outras Despesas Correntes".

Machado resolveu direcionar as novas fontes de receita, que venham a ser aprovadas até o final do ano, para o atendimento das emendas individuais. Uma das possibilidades é a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda Pessoa Física, que pode render aos cofres públicos R\$ 1,7 bilhão – valor estimado após as transferências constitucionais. Essa prioridade foi decidida pelo relator-geral porque o Executivo não garantiu recursos na rubrica "Reserva de Contingência" para absorver as emendas individuais, como o fez na proposta de 2002.

A distribuição dos recursos restantes, após atender a emendas



Sérgio Machado decidiu direcionar as novas fontes de receitas para atender a emendas parlamentares

individuais, obedeceu à mesma regra aprovada para o orçamento deste ano. No seu parecer preliminar oferecido à Comissão Mista de Orçamento (CMO), Sérgio Machado manteve a proporção de 60% para as relatorias setoriais e 40% para que o relator-geral possa estabelecer no seu parecer final as necessárias adequações, harmonizações e eventuais remanejamentos orçamentários. As emendas de bancada levarão a maior fatia dos recursos setoriais – 45% – e as emendas das comissões permanentes do Senado e da Câmara dos Deputados ficarão com os 15% restantes.

O relator-geral também manteve o mesmo percentual de corte – 10% – do Orçamento de 2002

Célio Azevedo

para o remanejamento de verbas destinadas a investimento. Os relatores setoriais poderão cortar de forma linear todas as dotações superiores a R\$ 50 mil, realocando esses valores para outros projetos de investimento.

Essa margem de movimentação no chamado "Grupo de Natureza da Despesa nº 4" (GND 4), que trata dos investimentos públicos federais, está estimada em R\$ 700 milhões. Valor que, segundo técnicos da CMO, é muito pequeno se comparado com o montante das emendas acolhidas no Orçamento de 2002, de R\$ 6,2 bilhões, dimensionando assim o desafio que a comissão enfrentará para acomodar as propostas dos parlamentares.

SAÚDE

Outra questão levantada pelo relator-geral no seu parecer foi a divergência em relação ao montante de recursos vinculados constitucionalmente à área da saúde. A proposta do Executivo reserva R\$ 25,117 bilhões para 2003. Mas esse valor poderá ser revisto, aumentando o teto dos gastos com o setor, dependendo da interpretação que for dada pela CMO sobre a base a ser usada para o referido cálculo. Os ajustes serão feitos por intermédio de emendas coletivas ou individuais, segundo o parecer.

## Fraga presta esclarecimentos ao Congresso Nacional

O presidente do Banco Central, Arminio Fraga, e o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, comparecem hoje à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para prestar ao Congresso Nacional os esclarecimentos periódicos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A audiência pública foi convocada, conjuntamente, pelas Comissões de Fiscalização e Controle e Assuntos Econômicos do Senado Federal e por outras três comissões permanentes da Câmara dos Deputados – Finanças e Tributação; Economia, Indústria e Comércio; e Fiscalização Financeira e Controle.

A reunião com a presença de Fraga, marcada para as 16h, tem como tema central a avaliação dos impactos das políticas monetária, creditícia e fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso. Mas

a expectativa de técnicos da CMO é que Arminio Fraga aponte as perspectivas da evolução dos preços e do câmbio, pressionados pelo efeito das eleições e do vencimento dos títulos públicos atrelados à correção cambial, além de apresentar considerações sobre a elevação dos juros, que devem frear a economia e as vendas deste fim de ano.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o BC tem 90 dias após o encerramento de cada semestre para apresentar, "em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional", a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, "evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços".

No caso das metas fiscais, o pra-



Na audiência pública, Arminio Fraga pode tratar da evolução do câmbio e da política de juros

zo estabelecido pela LRF é menor. O Executivo tem que apresentar a sua avaliação a cada quadrimestre, por intermédio de audiências públicas a serem agendadas até o final de fevereiro, maio e setembro. Dessa vez, excepcionalmente, em função das eleições, essa avaliação está sendo realizada em outubro pelo secretário do Tesouro Nacional. A audiência pública será às 14h30.

Gerardo Magela



Roosevelt Pinheiro

Marina quer reduzir em cinco anos idade mínima para que extrativistas possam ter o benefício

## Proposta antecipa aposentadoria de extrativista

A proposta de emenda à Constituição de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que reduz em cinco anos a idade mínima para a aposentadoria dos extrativistas vegetais espera apenas a inclusão na ordem do dia do Senado para ser votada. A proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na proposição, Marina se limita a acrescentar a profissão de extrativista vegetal entre as já arroladas pela Constituição como merecedoras de uma idade menor para a aposentadoria. O artigo 201 da Constituição estabelece como condição para a aposentadoria no regime geral da Previdência “65 de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal”.

Na CCJ, o relatório favorável foi elaborado pelo senador Sérgio Machado (PMDB-CE), mas apresentado à comissão pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), relator *ad hoc*.

A parlamentar argumenta que a redação atual do texto constitucional, alterada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, já reconhece “a especificidade da atividade rural familiar, na qual o desgaste físico é muito maior do que o da atividade desenvolvida nas cidades”. Ela ressalta, no entanto, que o texto “omite os extrativistas vegetais, que trabalham sob condições similares ou, mesmo, mais precárias”.

Para a senadora, “a alteração significa mais um avanço na direção da justiça social e da cidadania para um importante grupo de brasileiros que representam parte significativa dos trabalhadores e da atividade econômica.

# Tebet: vitória de Lula mostra consolidação da democracia

Para o presidente do Senado, importante agora é que seja composto um governo que atenda aos interesses do Brasil

Em entrevista à Rádio Senado no fim de semana, o presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que a eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República demonstrou que a democracia brasileira está absolutamente consolidada.

– Instituições fortes, eleitorado altivo, maduro, dando demonstrações de vocação democrática, o exercício da cidadania avançando cada vez mais. Eleições em ordem, urnas eletrônicas funcionando, respeito à vontade popular, à vontade do povo, tudo isso mostra a grandeza do Brasil e



Roosevelt Pinheiro

PT terá de contar com apoio de outros partidos no Congresso, disse Tebet

a sua pujança democrática – afirmou.

Tebet não acredita que a eleição de Lula redundará em um governo puramente de esquerda, uma vez que o Partido dos Traba-

lhadores (PT) teve apoio de diversos setores da sociedade. Para o presidente do Senado, o importante é Lula compor um governo que atenda aos interesses do país. “Nós temos que olhar o que é bom para o Brasil, o que é bom para esta pátria”, declarou.

Ramez Tebet lembrou ainda que, por não ter maioria no Legislativo, o PT terá de contar com o apoio de outros partidos, pois “ninguém governa sem o Congresso Nacional”. Na opinião do presidente do Senado, o maior desejo da população brasileira, hoje, é que haja aumento na oferta de empregos no país.

## PPS apoiará novo governo sem precondição, diz Freire

Em telegramas enviados ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Roberto Freire (PPS-PE) louvou a nova etapa do processo político brasileiro inaugurado com a eleição de domingo. Presidente do partido de Ciro Gomes, candidato derrotado no primeiro turno da eleição, Freire oferece, “sem precondição”, a colaboração do PPS ao sucesso do governo Lula.

No telegrama para o petista, Freire afirma que “a eleição de uma liderança identificada com o ideário de esquerda e com significativo grau de solidariedade com os trabalhadores e outros setores populares da sociedade demons-



Roosevelt Pinheiro

Para Roberto Freire, Brasil tem pela frente “drama secular de desequilíbrios sociais a resolver”

tra, de forma cabal, que a democracia consolidou-se no Brasil”.

Lembrando que o Brasil tem pela frente “um drama secular de desequilíbrios sociais e econômi-

cos a resolver”, Freire diz que a democracia é o valor mais alto a ser preservado e o único caminho capaz de superar as injustiças e desigualdades na busca de uma sociedade mais justa. O senador fez a Lula votos de “uma profícua gestão”.

No telegrama a Fernando Henrique Cardoso, Roberto Freire o parabeniza “pelo radical compromisso com a democracia e com a estabilidade das instituições republicanas”. Ele afirmou que, se outros méritos não existissem em Fernando Henrique, seu compromisso com a democracia no processo eleitoral “bastaria para inscrevê-lo, de forma indelével, na história do país”.



José Cruz

Valmir Amaral: instalação do CNE tem a mesma importância das vitórias do esporte nacional

## Amaral ressalta papel do Conselho Nacional do Esporte

A instalação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), no dia 13 de agosto passado, e a primeira reunião ordinária do órgão, no último dia 22, foram comparadas às grandes vitórias do esporte brasileiro pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF). A criação do conselho, disse, tem a mesma importância das conquistas obtidas ao longo deste ano, como o pentacampeonato mundial de futebol, o hexacampeonato mundial do iatista Robert Scheidt, o título mundial do vôlei masculino e as boas participações de Rubens Barrichello na Fórmula 1 e de Alexandre Barros no Mundial de Motovelocidade.

O CNE se reunirá periodicamente para propor políticas efetivas para o esporte, com o objetivo de oferecer uma prática intensiva e planejada de atividade física para a população e melhorar os padrões de organização e qualidade do desporto nacional.

Amaral elogiou a participação, no CNE, dos deputados Bonifácio Andrada (PSDB-MG) e Virgílio Guimarães (PT-MG), e disse que terá a honra de compartilhar propostas e idéias com grandes nomes do esporte brasileiro, como a ex-jogadora de basquete Maria Paula Gonçalves, a Magic Paula; Carlos Caetano Bledorn Verri, o Dunga, capitão da seleção tetracampeã; o ex-jogador de vôlei Bernard Rajzman; o médico Eduardo de Rose, membro da Comissão Antidoping do Comitê Olímpico Internacional (COI); além de representantes dos Ministérios da Justiça, Educação, Relações Exteriores e Trabalho e Emprego.

Como membro da Subcomissão Permanente do Esporte no Senado, Amaral deixou claro que pretende trabalhar em duas frentes: uma, na Casa à qual pertence, apoiando os projetos resultantes das decisões do conselho, e no CNE, apresentando propostas que visem principalmente integrar esporte e turismo.

## Senado abre semana de arte e cultura

O Senado abriu ontem pela manhã a 1ª Semana de Arte e Cultura in-Atividade. O evento é uma promoção da Subsecretaria de Pessoal Inativo do Senado e deve se estender até o dia 31 deste mês. O objetivo é fortalecer a integração entre servidores ativos e inativos da Casa. A abertura coincidiu com o Dia do Servidor Público – 28 de outubro –, e ocorreu no Auditório Petrônio Portella, com uma palestra do ex-senador Jarbas Passarinho, intitulada “Vantagens e Desvantagens da Terceira Idade”, que foi precedida da apresentação do Coral do Senado. O diretor-geral do



Célio Azevedo

Jarbas Passarinho, ao lado de Agaciél Maia, abriu as atividades

Senado, Agaciél Maia, esteve presente.

Ainda ontem, como parte do evento, foi aberta a exposição de livros de Branca Bakaj e Dad Squarisi, no Salão Negro do Con-

gresso Nacional. O restante da programação, à tarde, incluiu trabalhos dos aposentados do Senado nos campos da pintura, fotografia, literatura, artesanato e *shows* musicais.